

Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política

With Ferenczi: clinical, subjectivation, politics

Reis, Eliana Schueler; Gondar, Jô. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. 230p.

*Ana Maria Furtado**

Num trabalho, mais que oportuno, Eliana S. Reis e Jô Gondar apresentam, de forma profunda e crítica, a originalidade da contribuição de Sándor Ferenczi para a compreensão da clínica psicanalítica, na contemporaneidade. As autoras nos brindam com um livro que apresenta a riqueza da metapsicologia ferencziana para a compreensão do sofrimento psíquico, presente nas subjetividades marcadas pelos traumas precoces, que produzem efeitos nas constituições subjetivas, antes da possibilidade da instauração do recalque e da representação linguística.

Dividida em três partes, a obra demonstra que a originalidade do pensamento ferencziano permite uma ampliação teórico-técnica, que amplia, consideravelmente, o alcance da psicanálise clássica, destacando o vigor da noção ferencziana de trauma, concebida como central para a constituição do psiquismo. Demonstram como os afetos e a sensorialidade têm um lugar de destaque na constituição subjetiva, permitindo o entendimento e a intervenção em situações que se instalaram muito precocemente.

As autoras demonstram que sua afinidade com a postura teórico-clínica e política de Ferenczi não vem a ser uma afiliação submissa a suas premissas. Propõem uma reflexão profícua, que visa atualizar a importância de sua obra para a compreensão das subjetividades que se constituem num modelo distinto da neurose, como explorada por Freud ao longo da construção de sua metapsicologia.

Permeia seu trabalho, a concepção da psicanálise como uma prática não normativa, portanto, menos interessada em dividir os sujeitos entre neuróticos e não neuróticos – primeira tentação ao nos defrontarmos com a radicalidade

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

da concepção do trauma como central na constituição psíquica – e mais voltada à ampliação dos mecanismos de constituição narcísica e das formas de relação do indivíduo com seu entorno. O efeito disso é uma constante preocupação com o devir, com os mecanismos de cura, com o trabalho do analista concebido como uma “oscilação quase perpétua entre sentir com, auto-observação e capacidade de julgamento” (FERENCZI, 1928, p. 32).

As autoras iniciam o livro com artigos que ilustram a inflexão dessa compreensão do trauma, no relato de situações clínicas atuais. A primeira parte do livro – *Clínica* – se inicia com um artigo em que Eliana ressalta o papel do analista como *testemunha implicada*, ilustrando como o analista é, frequentemente, requerido para além da atenção flutuante e do manejo interpretativo, sendo exigido em sua capacidade de “sentir com” o paciente que apresenta “sintomas transitórios em análise”, destacando que o agir convoca ao trabalho, tanto o paciente quanto o analista, que será lançado em lugares inusitados, para além da palavra, numa troca de ritmos e intensidades afetivas, presentes nas angústias primárias. Associa essa troca de vitalidades à criação do espaço transicional de Winnicott, que transforma o espaço analítico num ambiente criativo, propiciador de novas integrações.

Seguindo nessa linha, apresenta-se um artigo de Jô sobre o *einfühlung*, o sentir com, em que expõe a experiência da singularidade como o traço característico da psicanálise, o que afastaria a clínica da perspectiva de um modelo de cura, sendo cada caso estranho à neurose um encontro com o estranho, no próprio analista e este ofício marcado pela busca de sentido mais do que pela procura de interpretações. Defende uma atitude analítica, que trabalhe com o símbolo em sua literalidade afetiva e corporal na transferência. Assim, privilegia a atmosfera de empatia ente a dupla analítica como facilitadora da emergência dos aspectos clivados da experiência do paciente. Na metapsicologia ferencziana, no encontro analista-analisando, o tato do analista faz do afeto a via da perlaboração, propiciando a emergência, na sessão analítica, de afetos inéditos aí produzidos (p. 49). Ressalta, assim, a importância de uma sensibilidade porosa do analista, através do contato com sua própria fragmentação e seus próprios afetos.

No terceiro artigo desta sessão, Eliana Reis associa dois dos textos fundamentais de Ferenczi, *O sonho do bebê sábio* (1923) e *Confusão de línguas entre os adultos e a criança* (1933) aos trabalhos de Stern e Stein, para refletir sobre as complexas redes de significação e sentido estabelecidas a partir do desencontro traumático entre os códigos infantis e adulto e como isso se reflete e se ilustra, em sonhos de uma paciente. Nele ficam claros os efeitos das cisões no

Eu, que demonstram a permanência do infantil, que precisa ser reconhecido no adulto, para que se possam “inscrever novos modos de articulação de uma história” (p. 64).

No quarto capítulo, o tema de Jô Gondar é, também, o sonho, compreendido, não como realização de desejo, como em Freud, mas como expressão da catástrofe psíquica em Ferenczi. Ressalta a função traumatológica do sonho, como possibilidade de elaboração do trauma. Mostra que, nesse autor, a repetição é positivada, pois visa ao domínio e liquidação do trauma, visto que as impressões sensíveis da experiência vivida é que são matérias do sonho e não os pensamentos latentes, como na concepção freudiana. Assim, destaca o acesso à figurabilidade nos sonhos dos pacientes como facilitador do trabalho psíquico e do trabalho analítico, sendo o elemento central na capacidade de “sentir com” do analista na transferência.

No texto seguinte, Eliana conecta as premissas ferenczianas aos estudos de Daniel Stern e Boris Cyrulnik, ressaltando, como no texto sobre a criança mal acolhida e sua pulsão de morte, ele insistia nos efeitos deletérios de trocas afetivas truncadas nos primórdios da vida do bebê atuando sobre os processos de subjetivação. Retoma o texto sobre a confusão de línguas (1933), para comentar o aspecto da violência neles presente quando o adulto desmente e desqualifica o prazer, o desprazer ou o sofrimento, experimentados pela criança, comprometendo sua capacidade de criar sentidos e ter inseridas suas vivências numa ordem associativa de significações. Exemplifica essa “violação da alma” (*sic*) através do relato da análise do sonho de uma paciente, bastante esclarecedor da postura clínica que essa compreensão favorece.

Aprofundando a compreensão sobre o trauma, Jô apresenta um artigo, especialmente original, em que demonstra como o que é invalidante no trauma é o desmentido, que incide sobre os afetos do sujeito, o descrédito sobre a experiência da vítima. A conjunção do ato violento e desmentido é o que causa a desestruturação. Ela amplia essa compreensão associando-a aos textos de F. Fanon e P. Levi, ressaltando a criação de uma *zona cinzenta*, marcada pela presença de afetos contraditórios, onde nada parece fazer sentido, onde a existência fica invalidada.

A segunda parte desse livro trata do processo de subjetivação. Continuando a alternar os textos, no primeiro deles – *Corpo e memória traumática* – Eliana fala de uma memória posta em ação, no corpo e não no psiquismo. Através de múltiplas cisões, a memória do trauma se dividiria em partes não comunicantes, presentes em diferentes registros afetivos isolados entre si. Considera, então, que a clivagem resultante do trauma precoce mantém a

libido narcísica como expressão da pulsão de morte, criadora de formas de satisfação autoerótica através da destruição do próprio corpo. Discute a necessidade de um analista receptivo às intensidades e ritmos afetivos dos pacientes, num manejo do setting que vise “integrar a dor como afirmação da existência e não como ameaça de aniquilamento” (p. 109-110), sendo essa a forma de ativar neles as pulsões de vida.

A seguir, Jô, articulando a riqueza da prosa de Amós Oz sobre a concretude presente na origem da linguagem, mostra que a dimensão sensorial das palavras em Ferenczi é portadora de uma dimensão estética, para além do corpo e do psiquismo, produzindo “uma atmosfera que delas emana” (p. 113). Reforça, assim, a necessidade de situarmos o símbolo linguístico na esfera do afeto e da sensibilidade. A obra de referência aqui é o *Thalassa*, onde um halo sensorial estaria presente no símbolo, pois, para Ferenczi, a linguagem imita e toca o real ao longo da filogênese, havendo profunda intimidade entre as palavras e as coisas, que, para o autor, mais as expressam que as representam. É levantada a hipótese de que muitos dos sujeitos contemporâneos, cuja palavra é dita sem o recurso metafórico, teriam o benefício de uma escuta voltada a compreender, restaurar o vivido mais que a interpretá-lo. Com isso, o analista precisa trabalhar sob a presunção da veracidade do relato do paciente mais que sob a suspeição do mesmo, como em análise de neuroses.

Eliana, a seguir, comenta a questão da virtualidade como potência de agir e devir, resgatando o lugar do autoerotismo como um estado de excitação que pede uma forma, um corpo carregado de sentidos, inicialmente preenchido pelos afetos de vitalidade. Ressalta como o sensorio está presente parcializado nas formas de sentidos do Eu (Stern) estabelecidas nas trocas com os cuidadores. Analisa, aí, a dimensão clínica das afecções do sexual nos adultos que foram crianças mal acolhidas precocemente e que mantiveram um funcionamento corporal sob o domínio da pulsão de morte, atuando, de forma dissociada, nas compulsões e variadas adições e depressões. Propõe, a partir de P. Levy, a compreensão da atividade terapêutica como atualizadora das “marcas de prazer e dor que põem a circular fluxos de força no sentido de um devir erógeno” (p. 134). Assinala a força das pequenas percepções (J. Gil) na relação entre analista e paciente, quando, mais que intérprete, o terapeuta será convocado como testemunha de prazer e dor, como catalisador de um processo de subjetivação que se dá num fluxo incessante.

Então, Jô estabelece um diálogo entre Ferenczi e Christoph Türcke, trazendo à luz a concepção de cultura deste autor. Nesta, a cultura é criada através da compulsão à repetição como uma reação ao trauma. Reflete sobre o concei-

to de identificação ao agressor em Ferenczi, o especialista em pacientes difíceis, que não sofrem de reminiscências e fantasias, mas sim de traumas reais, provenientes do ambiente. Assinalando que Türcke considera que para aprender o que é pensar é necessário compreender o sonhar na sua função traumatológica supracitada, traz para o centro do sonho a compulsão à repetição, como uma fuga para frente, Türcke concordaria com os argumentos ferenczianos no *Thalassa*, quando esse mecanismo é positivado pela conjugação à criação, pela perspectiva da catástrofe traumática como causa do devir. Jô assinala que a postura clínica de Ferenczi permite que ele se diferencie do pensador alemão, pela forma como concebe as pulsões e os primórdios, além do cuidado do húngaro com o sofrimento humano, acreditando que o que os aproxima é a potência crítica sobre a sociedade contemporânea.

Na sequência, Eliana pensa a psicanálise como prática política e se pergunta sobre a função da resistência na análise como uma expressão de um mínimo espaço de afirmação do ser. Isso se dá quando, na transferência, surgem sensações corporais que caracterizam regressões a pontos de fixação autoerótica, que deverão ser entendidos numa dimensão intensiva e não só significativa. Nessa perspectiva, as formações caracteriais que surgem na transferência devem ser entendidas como evidências da insistência em continuar a ser, que precisam ser acolhidos pelo analista numa atenção a múltiplos planos perceptivos, com uma atenção especial ao sensório, que dará a base para a constituição de uma experiência de “continuidade de ser” (WINNICOTT).

No artigo seguinte, Jô trata de afinidades eletivas entre Ferenczi e Nietzsche, ressaltando que, ao ter se constituído como terapeuta de pacientes difíceis, o analista se debruça muito mais sobre o plano das pulsões e dos jogos afetivos que das interpretações, assumindo uma preocupação menos epistemológica e mais voltada à criação de impulsos de vida e razões para continuar a existir, pois concebe que o corpo pensa quando o psiquismo falha. Ferenczi baseia-se, então, em Nietzsche para vencer os dualismos e oposições tão característicos da metapsicologia freudiana. Assim, aceita a pulsão de morte, mas não a contrapõe às de vida, porque vê a destruição como parte da vida, como causa do devir. Apoiado em Nietzsche, propõe a conjunção entre destruição e criação, acreditando que o valor supremo da existência é o querer viver. Para ele, a pulsão de morte é uma potência criadora porque não existe criação sem destruição. Dessa forma, para Ferenczi o sintoma seria o último reduto onde o sujeito manteria preservada sua singularidade, mesmo que para isso não consiga preservar a vida. Por isso, o tratamento para Ferenczi é apoiado numa estética da potência.

Finalmente, a terceira parte da obra – *Política* – se inicia com a crítica de Eliana às perspectivas, tanto política quanto filosófica do individualismo, quando o modo de subjetivação dominante separa indivíduo e mundo, demarcando seu lugar como um solitário senhor da natureza, à custa de abrir mão do acesso à dimensão da sensível, que nos liga ao que nos ultrapassa. O resultado seria o tédio e uma subjetivação produzida na ordem do traumático, visto não comportar nenhuma ressonância com o outro, nenhuma sintonia afetiva para enfrentamento das incertezas. A ausência de fronteiras propicia a vivência de um terror, que é efeito da ausência de um espaço de mediação, da ausência de elos e da criação de muralhas isoladoras entre razão e afetividade, características de nosso tempo.

Assim, no texto seguinte, Jô defende que a função do analista, na contemporaneidade, vem a ser algo mais do que escutar e interpretar uma narrativa. Sua função é a de testemunhar o acontecido, trabalhando com os sonhos traumáticos através da figurabilidade e representação e não mais do deslocamento e da condensação. Considerando que a vida se expande e se cura pela repetição (1931), Ferenczi entendia que o movimento de repetição envolve um trabalho, que deve ser testemunhado por um terceiro para adquirir consistência subjetiva. Assim, o analista presente na cena, que surge no relato do paciente, exerce outra função, além de continente, que ajuda a criar uma memória que vai ser experimentada pela primeira vez, podendo ser percebida e descarregada motoramente. Nesta visão, a função analítica se institui, não como lei – que seria normalizadora – mas como “um laboratório de intensidades afetivas à procura de configuração” (p. 193), que se dá pela instituição do reconhecimento (oposto ao desmentido), da validação das percepções e sentimentos daquele que sofreu a violência. O paradoxo que se apresenta é que a função de testemunha permite a criação das potencialidades do sujeito. A análise se constitui, então, como um espaço de paradoxos, onde se pode narrar a impossibilidade de narrar, transformando-se num espaço potencial, constituído a partir do sentimento de intimidade, instituído pela capacidade do analista “sentir com” o paciente.

Eliana, comentando W. Benjamin, refere-se a esta questão, trazendo uma das críticas desse autor à Modernidade (1933), como um tempo em que as vivências remetem à perda do tempo compartilhado da tradição, que nos remete à barbárie. Por isso, segundo comentadores, ele busca uma reconstrução da experiência, nascida de uma nova forma de narratividade aberta, como em Kafka. Ilustra-a através do relato da experiência do rap, em que mais que o significado das palavras o importante é o ritmo, a *levada*, sua intensidade que

transmite vitalidade. Comenta alguns filmes documentais e constata que são formas de narração aparentemente pobres, mas que instituem “brechas em direção a outros possíveis” (p. 205). Daí, defender que, nas narrativas contemporâneas, nós, analistas, devemos privilegiar afetos, que constituem cartografias de intensidades que vêm a constituir sentido. Cabe a nós, não apenas historicizar experiência traumática da banalidade da vida contemporânea, mas ajudar nossos pacientes a furar esse bloqueio de forças, explorando as formas de expressão, que surgem na atualidade.

A obra se encerra com um artigo de Jô, em que explora o pensamento político de Ferenczi, a partir da concepção de E. Hobsbawn, na trilogia *Era dos extremos* (1994), quando ele concebe o século XX como era de eventos traumáticos e também de T. Adorno, que vai além, afirmando que, depois da *Shoah*, seria necessário atuar e pensar de outra forma na ética e na política, o que tentaram fazer muitos dos filósofos desse século (Escola de Frankfurt), num esforço teórico de responder “à força inquietante do trauma no nosso presente” (*sic*). Esse artigo comenta que a preocupação de Ferenczi com o sofrimento e os problemas subjetivos derivados dos jogos de poder, produziu inovações teórico-técnicas, que produziram, simultaneamente, implicações políticas. A afirmação de que a origem do trauma está no *desmentido*, põe em foco a posição de assujeitamento, a não validação perceptiva da violência sofrida, estabelecendo-se relações de poder, de descrédito daquele que vivenciou o sofrimento. Perguntando-se como isso poderia ser estendido ao coletivo, Jô comenta os estudos, da segunda metade do século XX, sobre o *trauma coletivo* (ERIKSON, 1976), fruto de acidentes ecológicos ou de violência humana, mostrando que seu efeito mais devastador se refere à destruição da confiança básica, dos vínculos com os seres humanos que não reconhecem seus erros, após a ocorrência das catástrofes.

Jô assinala que, hoje, se estuda a questão do reconhecimento como avesso do desmentido, nas reivindicações políticas contemporâneas das minorias, nos planos amoroso, jurídico e político. Ela demonstra como a insistência de Ferenczi, no entanto, era sobre o desmentido que incide sobre a vulnerabilidade da vítima de violência (mais que sobre seu desamparo, que era a ênfase freudiana), sendo assim um precursor das teorias de objeto em psicanálise. O destaque é para a vulnerabilidade do sujeito, em relação ao outro. Jô insiste que Ferenczi fala de uma comunidade de destino entre paciente e analista, que se apresentam um ao outro em suas vulnerabilidades. A relação analítica constitui-se, para ele, numa parceria, em que o analista abandonaria uma referência fálica de poder para instaurar uma intimidade cúmplice com a experiência

vital do paciente, uma relação horizontal, sendo a atitude política, segundo a autora, a distribuição mais justa da vulnerabilidade. Reconhecer a precariedade de todos os membros envolvidos numa relação pode ser o efeito comunitário pensado a partir dessa posição de parceria entre a dupla analítica, pois o reconhecimento da vulnerabilidade conduz à potência e não à vitimização. Jô ressalta, neste artigo final, que a vulnerabilidade primária constitui uma questão ética, visto ser o trauma uma consequência inevitável quando ela não é salvaguardada. A proposta final, a meu ver bastante original, é pensarmos o laço social, não mais a partir do declínio da função do pai, mas investigarmos uma nova modalidade de vinculação, fundada no “fundamento político enquanto arte de viver juntos” (*sic*).

Como se vê, esta obra é um trabalho abrangente sobre a clínica ferencziana e as implicações éticas dela decorrentes, sendo uma leitura enriquecedora, do princípio ao fim.

Autora

Ana Maria Furtado. Psicanalista, membro efetivo/Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ), mestre em Psicologia Clínica/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), doutora em Saúde Coletiva – IMS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: anamariafurtado.rj@gmail.com